



ATA N.º 32/XI-2º/2014-15

- 1 - Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e quinze, pelas 21H00, no Clube Recreativo União Raposense, sito na rua do Raposo de Cima, no Monte de Caparica, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de setembro, com a seguinte agenda:
- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
 - 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
 - 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
 - 3.2 - Apreciação dos Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada
 - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concessão de serviço público de recolha de óleos alimentares usados”
 - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Afetação ao domínio público municipal de duas parcelas de terreno, sitas na Quinta das Amoreiras, Feijó”
 - 3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ARU de Cacilhas”
 - 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração da Operação de Reabilitação Urbana Simples da Cova da Piedade”
 - 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Operação de Reabilitação Urbana Simples do Porto Brandão”
 - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Recrutamento excecional de dezassete (17) postos de trabalho de assistente operacional por recurso a reserva de recrutamento interna, contrato de trabalho por tempo indeterminado”
 - 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Recrutamento excecional de dezassete (17) postos de trabalho de auxiliar de ação educativa por recurso a reserva de recrutamento interna, contratos de trabalho por tempo determinado”
 - 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Regulamento do Plano Municipal de Emergência”
 - 3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Recrutamento excecional de trabalhadores para postos de trabalho de auxiliar de ação educativa por recurso a procedimento concursal, contratos de trabalho por tempo determinado”.
 - 2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.
 - 3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
 - 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:



José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; António Abrantes de Almeida; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; José João Santos da Mata; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Nuno de Avelar Pinheiro; Filipe Alexandre Pardal Pacheco; Teresa Paula de Sousa Coelho e Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio da comunicação da Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Ribas Lopes, solicitando a substituição por ausência no dia 25 de setembro de 2015, (Ent. nº 4445/XI-2º), **(Conforme Anexo I)**.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomou posse:

- A Candidata Sr.ª Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de setembro, da eleita Sr.ª Ana Catarina Ribas Lopes e por impedimento do cidadão Sr. Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos II e III)**.

4.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; de Costa da Caparica e de Laranjeiro e Feijó, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento dos Presidentes do respetivo Órgão Autárquico, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas Senhora Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett; de Costa da Caparica Senhor Sérgio Manuel Gonçalves Sousa e de Laranjeiro e Feijó Senhora Anabela de Matos Tavares, **(Conforme Anexos IV, V e VI)**.

4.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.4 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Atas N.ºs 29/XI-2º/2014-15 e 30/XI-2º/2014-15 e as Minutas das Atas N.ºs 29/XI-2º/2014-15



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

e 30/XI-2º/2014-15, que foram respetivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Município Exm.º Senhor Carlos Alberto Ferreira da Cruz, residente na Caparica.

5.1.1 - O Exm.º Senhor Carlos Alberto Ferreira da Cruz:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vai sendo habitual a minha presença nesta Assembleia mas é sempre o sentido crítico que faz que as Assembleias sejam as Assembleias do cidadão que democraticamente vêm pôr aqui as suas ideias com algum empenho e penso que sempre que isso acontece é agradável, é fruto do debate sempre é melhor.

Tenho três preocupações. Uma tem a ver com a requalificação no Monte de Caparica, outra teria a ver com as escolas e outra a ver com a habitação social.

Eu penso que, quero deixar aqui um alerta, tem a ver com a requalificação do espaço próprio do Monte de Caparica, a sua acessibilidade, o seu contexto, em salvaguardar os habitantes que transitam naquele espaço, é evidente que eu conheci aquele espaço já há muitos anos, hoje este espaço tem mais sessenta anos que aqueles que eu conheci, mas sempre com os mesmos problemas, as camionetas passam e todo o espaço é preenchido por autocarros, eu não consigo passar com os meus netos, com o carrinho de bebé e mais os meus dois netos naquela rua, é intransitável. Temos que alterar todo aquele contexto, há pessoas que vêm das Casas Velhas, fazem ali o circuito naquele largozinho enfrente ao ourives e entram por ali fora. Já vi ali acidentes de bradar aos céus. Alguma coisa tem que ser feita neste aspeto e deixo aqui um alerta para que ainda este ano se possa fazer alguma coisa. Exige-se passar ali com segurança, podem passar as camionetas sim, mas temos que criar um passeio daquele lado esquerdo todo por ali abaixo, cada vez nós precisamos andar mais a pé e a segurança é importante. No viaduto que vai daqui para o Monte de Caparica, quando nós descemos aqui mais abaixo, não há acessibilidade nem para um deficiente, nem para um carrinho de bebé. A mobilidade hoje cada vez é pior. As pessoas andam mais a pé, têm necessidade por deficiências económicas e esse espaço pertence aos munícipes. Precisam de nós munícipes, mas também é preciso fazer algumas obras, é preciso fazer alguns incentivos para que a Câmara continue a merecer o nosso apoio e o nosso agrado.

Queria agora falar sobre as escolas. Eu não sei o que dirá o Sr. Presidente da Câmara sobre esta questão do ano escolar, certamente da parte daquilo que competia à Câmara nas questões do amianto quero louvar a atitude da Câmara, pois fez as escolas com aquele novo telhado, aquele aspeto higiénico é importantíssimo, mas quero deixar aqui um alerta. Os meninos precisam de um espaço, mas precisam de um espaço dentro da escola com segurança desde a abertura das escolas. Sugiro ao Sr. Presidente que faça uma visita



minuciosa às escolas no sentido da segurança, com algumas pessoas da segurança para que as escolas sejam seguras. Não quero, mas é que não quero mesmo aquela palmeira que está ali, enorme dentro daquela escola branca, aquilo é para ceifar. Qualquer dia cai uma pernada daquelas madura com o vento, está uma criança no recreio, eu não sei qual é a responsabilidade do município. Penso que essa avaliação deve ser feita.

A habitação. O caminho que esta sociedade está a levar, é que as pessoas que são pobres e que têm fracos rendimentos, hoje, contrariamente àquilo que devia ser, não têm direito à habitação. O direito à habitação está consagrado na Constituição, mas todos nós sabemos que não há direitos firmados, então o direito aparece assim vagamente e quando se perde o direito na questão da Lei, a gente diz assim, estão os direitos mínimos garantidos? Então acabou-se não há greve. Portanto esta questão dos direitos, as pessoas é que têm que lutar por eles e neste momento continuo na luta pelo direito à habitação. O direito à habitação e o direito à habitação social que vai ser cada vez mais necessário e mais premente. Portanto esta questão do direito à habitação prende-se aqui com uma atenção que eu gostava de ver, porque na última Assembleia que estive aqui a tratar dos problemas da habitação social no que diz respeito ao Bairro e não só, o Sr. Presidente garantiu que o apoio que dava à habitação social do seu município estava garantido, que não havia aumentos de rendas. Era a mesma coisa que dizer que o artigo 14º, da Lei do Orçamento não fazia vigorar nesta Assembleia e neste Município. Gostava de ver isso, se é verdade. É porque há muitos municípios que estão já a praticar a Lei 81/2014 e seguir o exemplo do artigo 14º, da Lei do Orçamento de Estado para 2015. E isto é desigualdade. Isto é incorreto. Eu gostava, porque eu quando ando nestas lutas e percorro o Bairro da Bela Vista, percorro... todos os problemas são iguais. O problema da habitação e desta Lei, deixo aqui o apelo a todos os Deputados e mesmo àqueles que são representantes na Assembleia da República, que se devem unir em vez de apresentarem projetos, devem-se unir na Assembleia da República para que esta Lei seja revista. Uma coisa é aquilo que o Estado tem que assumir perante os seus cidadãos enquanto sociedade, não devem ser passados nem delegados esporadicamente de qualquer forma e de qualquer maneira para os municípios como fizeram na parte escolar.”

5.2 - Usou da palavra o Múncipe Exm.º Senhor Eduardo Santos, residente na Caparica.

5.2.1 - O Exm.º Senhor Eduardo Santos:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não venho aqui por gosto, venho por imperativo de consciência. Não que goste de vos aborrecer, vocês têm mais que fazer, mas de vez enquanto gosto de vir aqui dar uma palavra, e já que estou nesta freguesia onde resido e trabalho, gostava de vos pôr a par, possivelmente saberão muito das situações que eu vou aqui relatar, só tentarei dar um bocado da minha perspetiva por quem vive aqui.



Eu queria começar com uma história e não é uma história da carochinha, quando eu era pequenino fui testemunha de uma explosão relativamente grave na zona do Poço Bispo, mais exatamente nas instalações da Petroquímica, eu depois explicarei mais à frente porque é que estou a começar por contar uma história. E senti abalar o chão, senti a fragilidade do que é o ser humano perante situações extremas. Felizmente não houve consequências trágicas nesse acidente, mas houve estragos, mais tarde senti a mesma sensação de fragilidade quando no fim dos anos sessenta também fui testemunha do famoso sismo que abalou Lisboa e os arredores, e senti que nós somos pouca coisa perante determinados acontecimentos, e porque é que eu digo isto? Eu digo isto porque a Banática por exemplo que é um dos tópicos que eu trago aqui, vive sobre a mesma situação que os habitantes do... Marvila, Poço do Bispo, estão a viver. E quero relembrar porque já nos habituámos tanto a viver sobre uma bomba atómica e o povo, as duas mil pessoas ali da zona da Banática possivelmente tornaram-se insensíveis até por uma questão de sobrevivência psicológica da perigosidade a que estão expostas. Eu reconheço que as rendas que a edilidade e a autarquia retira da antiga Shell, agora Repsol, são importantes até para mostrar orçamentos equilibrados e ter orgulho nisso, eu acho bem. Porém, acho que era importante verificar as situações em que a Repsol se encontra, é uma vertente, no caso de uma explosão não há saída possível para aquela população. E a gente tem que assumir essa responsabilidade e estou a relembrar-vos essa possibilidade, eu estou a relembrar ao Executivo essa responsabilidade. Porque é que eu falo nisto? Falo nisto porque houve tempos em que se pensou criar um bairro, penso que os lucros retirados pela Repsol dariam perfeitamente para retirar parte da população que já existia antes de instalarem a Shell, estamos a falar dos anos cinquenta, sessenta, aliás a Banática é uma Vila centenária, e eu estou a falar num tema que interessa apesar de haver alguns protestos, este é um tema que interessa a todas as bancadas por muito que pensem que não, mas interessa. Interessa porque nós estamos aqui a assumir uma responsabilidade de futuro. Se acontecer um acidente naquela localidade eu aponto o dedo aos Senhores, eu serei dos que apontará o dedo aos Senhores. Porque para além do perigo em que vivem, dos gases a que estão expostos e eu até é uma pergunta que eu queria fazer, será que são feitos testes regulares aos vapores libertados pelos hidrocarbonetos que são ali acumulados? Será? Será que são verificadas as condições de segurança dos camiões cisterna que sobem a única via de acesso àquela localidade, a velocidades superiores a 40km, que é o único sinal que há dentro da povoação para os veículos que descem para aquela localidade? Que transitam ali constantemente na estrada que deu origem a uma morte aqui a semana passada. Uma Senhora de setenta anos que teve que vir para a rua porque o estacionamento é só de um dos lado, bloqueando a estrada e as pessoas nem sequer passeio têm para circular e não têm mais acesso nenhum à localidade e ao resto da população. Não será isto um peso e uma responsabilidade que todos



nós temos em relação a este caso? Acho que é uma questão que eu queria colocar aqui ao Executivo para ficar a pensar, porque eu sei que está a decorrer um estudo, uma coisa que custa setenta e cinco mil euros, mas eu posso dar umas ideias e faço-o gratuitamente. É simplesmente criar um passeio, um acesso pedonal àquela população para não ter que vir para a rua, impedir que os carros ocupem uma das faixas por exemplo. É criar uma situação em que aquelas pequenas duas valas que com invernos rigorosos aquilo parece um rio por ali abaixo, as pessoas não conseguem sair de casa, um acesso pedonal para que as pessoas subam em segurança, nós preocupamo-nos com as pessoas, é o que dizem todos, nós preocupamo-nos com as pessoas, eu preocupo-me com as pessoas, especialmente com a Senhora de setenta e dois anos que não merecia ter morrido. É por isso que eu trago este tema aqui. O tema da segurança e da dignidade do povo da Banática.

Esse é o primeiro tema que eu trago aqui, penso que de algum modo as propostas e as sugestões que eu fiz como eu disse gratuitamente, juntar uma iluminação decente, juntarem sinais de tráfego para que, eu já assisto a camiões cisterna a descerem aquela rua a muito mais do que 40km por hora, criarem obstáculos à circulação de veículos que os impeça de atingirem essas velocidades como o caso do acidente, foi uma velocidade louca de gente que andava a ensaiar travões, nós temos o Autódromo do Estoril para fazer essas coisas, não precisamos do povo da Banática para serem alvo dessa situação. E portanto eu não me posso calar perante isto. Tal como eu disse a expressão que não é muito habitual porque eu sou um operário. Isto é um imperativo de consciência. Eu não me podia calar perante isto. Enfim, eu espero que isto sirva...

Outros assuntos que eu trago aqui seria a estrada do Casquilho que é outra bomba atómica, não tem iluminação, não tem prioridade de sentido quando a estrada estrangula. É utilizado por peões e automóveis a toda a hora, todos estes problemas que eu estou aqui a colocar coloquei na Assembleia de Freguesia, disseram-me que havia relações institucionais que tratavam destes assuntos, e eu ando a falar nisto há anos. É daquelas coisas, sinto-me um bocado frustrado por isso é que eu vim aqui, para ver se falo diretamente com os Deuses, já que com os anjos tem sido um problema. A estrada do Casquilho é outro alerta, os muros estão a colapsar e pode acontecer uma desgraça um destes dias. Há um parque de estacionamento isto é um assunto menor, muito rapidamente, em que depois de umas obras de requalificação na rua Fenache, entre a rua de Dentro e a rua dos Três Vales que quando foi das obras de requalificação retiraram, na altura mais perigosa com cerca de dois metros de altura, retiraram o varandim de proteção, para poder estacionar carros compridos suficientes, pondo em perigo os peões que ali circulam. Outra questão que eu já coloquei também na Assembleia de Freguesia, foi a questão dos painéis de informação. Os painéis de informação são quase inexistentes no Concelho. Eu só posso dar muito rapidamente algumas das localidades que não têm nada. Banática, Serrado, rua do Moinho, Fonte Santa, por aí



fora, e eu pedia à autarquia que se pudesse colocar para permitir que o cidadão informado pudesse ser um cidadão mais capaz de decidir em democracia e tomasse isso em consideração. E outra pequena estrada na rua dos Três Vales na confluência com a rua do Moinho, os acidentes sucedem-se e é um problema que se vem arrastando desde o famoso PUAP e esse PUAP suspenso dá origem a que os acidentes continuem a acontecer e eu testemunho isso porque eu vivo ali na zona. E portanto, eu peço que se faça alguma coisa naquela confluência porque é um problema diário que sucede ali.

E por último gostava de saudar a iniciativa da proposta do orçamento participativo dos jovens da bancada do Partido Socialista, porque sim nós podemos assim haja confiança.”

5.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Agradecer as intervenções que foram feitas pelos muncipes que se inscreveram e fizeram, tomámos boa nota das questões colocadas quer em relação ao arruamento do Monte de Caparica que está referenciada e em relação à qual as deficiências que aqui foram referidas estão identificadas.

Em relação às escolas da responsabilidade da Câmara os planos de segurança estão feitos, mas é sempre boa altura de confirmarmos e verificarmos as condições em que cada escola se encontra e portanto o início do ano é uma boa oportunidade para isso ser feito, tomámos boa nota da observação qua aqui foi feita.

Em relação às questões do aumento das rendas naturalmente no dia quatro de outubro teremos oportunidade de eleger um Governo através da Assembleia que revogue a Lei 81/2014 e portanto, com certeza assegurar que o direito à habitação seja garantido a todos. Isso está na mão de todos nós dentro de poucos dias e estamos perfeitamente de acordo com a observação que o Senhor fez.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Eduardo Santos em relação à perigosidade quer na Banática, quer de todas as zonas habitacionais desta frente ribeirinha são de facto de elevada perigosidade, acompanhamo-lo nessa sua preocupação e naturalmente naquilo que esteja no âmbito das responsabilidades da Câmara nós procuraremos corrigir e aquilo que esteja no âmbito da responsabilidade de outras entidades nós iremos junto dessas outras entidades para que as coisas sejam corrigidas. Só esclarecer que nós não recebemos dinheiro nenhum dos depósitos de combustível que existem nesta frente, isso por ventura será um negócio do Governo, um negócio do Estado, portanto daí não vem qualquer receita para a Câmara, é bom que isso fique esclarecido, nem o licenciamento daquelas instalações passa pela Câmara Municipal. É bom que isto fique claro para que o seu a seu dono e que se procure junto dos responsáveis que ao longo destes anos e muitos anos antes, têm sido



responsáveis pelo Governo do País e é perante esses que se devem pedir responsabilidades por aquilo que ali está. É a esses que tem que se pedir responsabilidade. Quem foi Governo nos últimos anos, quem foi Governo para trás e quem deixou que essas condições de perigosidade ali fossem criadas e instaladas, não à Câmara de Almada.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, ponto 3.1 da agenda (Continuação), (Conforme Anexo XVI, da Ata Nº 31/XI-2º/2014-15).

6.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Alexandra Correia, Ana Margarida Carvalho, Nuno Matias, Luísa Ramos, Pedro Matias, José Joaquim Leitão e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.2.1 - A Sr.ª Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

No que diz respeito à informação da atividade no seguimento daquilo que tem vindo a ser falado, eu já reduzi a minha lista porque ontem disseram muito daquilo que eu tinha aqui e portanto vou referir-me a coisas pequenas mas coisas de grande interesse.

Rua Garcia de Resende, no Feijó há alguns anos que tem tido a problemática dos buracos. A rua Garcia de Resende, no Feijó fica por trás do antigo edifício da Junta de Freguesia do Feijó, e ali os moradores sempre se debateram com a questão, porque diziam que aquilo na altura não era considerado uma zona urbana e então não tinham que alcatroar mas aquilo tinha alcatrão e de momento tem buracos que as rodas dos carros cabem lá dentro e portanto aquilo é uma zona de passagem e está muito degradada. Tive conhecimento muito recentemente que já há conversações com a Junta, penso eu, no sentido de resolver a questão, portanto deixava esta informação.

A rua Dr. Pires de Castro, no Laranjeiro também estava com esse problema até há três semanas atrás, mas como eu reparei que nestas alturas tem havido aí algumas reparações pelo Concelho, não sei se entretanto poderá ou não já ter sido reparado, mas como é uma zona também de passagem e é um sítio muito estreito é muito difícil de passar nesta rua. Refiro também uma questão, na avenida do Arsenal do Alfeite, uma questão das passadeiras, é uma questão que se tem vindo a falar, porque é frequente ver as pessoas a passar fora da única passadeira que existe, existem duas, uma no Parque da Paz, outra mais à frente perto da Cova da Piedade e depois só cá em cima naquela rotunda que tem o Monumento, e aí nesse espaço é uma zona que tem algum comércio e não existe foram de passar aí, e então eu vejo muito frequentemente pessoas a fazerem ali uns esses para passar a estrada. Eu sei que não é fácil, porque depois é um sítio que as pessoas não respeitam a velocidade, só uma passadeira não vai resolver, penso eu que teria que ser sinal luminoso mesmo que fosse com chamada do peão de forma a tornar a passagem mais segura.



Referir que na nossa Sessão de dezembro de 2014, eu falei sobre o Jardim da Pequenada, na Quinta do Gato Bravo, no Feijó que é um edifício que está e continua abandonado, sem janelas e está no meio das casas. As pessoas dali acabam fazendo eles a própria vigilância da zona e não permitir que ali se estabeleçam algumas pessoas. Portanto chamo a atenção que aquele edifício continua com facilidade acessível a qualquer pessoa ali entrar e está ao abandono.

Foi aqui falado já ontem mas a informação que tinha de dezembro, na altura que a AMARSUL não tinha capacidade para responder às necessidades do Concelho na recolha, havia de mais, havia demasiadas coisas nos ecopontos e então eles não podiam fazer mais recolhas e há pontos na altura que eu referi que se mantém exatamente na mesma, lixeiras à volta dos ecopontos continuam, gostava de voltar a referir este ponto.

Depois para terminar, relativamente ao parque canino do Parque da Paz que foi uma coisa que saudámos na altura, com certeza e achámos muito bem, mas continuamos a pedir um pouco mais, porque o verão foi terrível para os utilizadores que só podiam usar ao fim da tarde ou no início da manhã, porque não existe uma sombra nem para os cães, nem para os donos. E não há. E as regras do parque não permitem que as pessoas estejam com os animais fora dos caminhos e então nós encontramos pessoas nos cantinhos da relva com os cães, mesmo nos cantinhos para não incomodarem e mesmo assim os funcionários, porque é o seu dever, vão dizer que eles não podem estar ali. Mas não há outro sítio para eles poderem partilhar o espaço com os animais e estar naquela terra não é a melhor solução. É bom para os soltarem, para correrem, mas depois com a trela teríamos que ter aqui uma solução. E depois no que diz respeito ao inverno que as pessoas que queiram frequentar aquele espaço no inverno em alturas chuvosas provavelmente terão que ir de galochas porque não foi ainda pensada nem tomada nenhuma ação para tratar do piso.”

6.2.2 - A Sr.ª Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho - Presidente da Junta das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostava de dar nota de duas questões que ontem foram levantadas e cujos temas tem alguma responsabilidade da Junta das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda. O primeiro tem a ver com o Hipódromo Municipal de Vale Figueira, cuja gestão e utilização mais frequente está a cargo da Junta das Freguesias e dar aqui algumas indicações e informações.

Ontem o Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, falava da falta de manutenção de piso, da falta de manutenção dos postes e da cerca, da falta de manutenção eventualmente dos arrumos e dizer que efetivamente não é bem assim, a manutenção daquele local é feita sempre que há uma prova. Já agora os Srs. Deputados caso não saibam, não os vejo lá muitas vezes nas provas, mas há duas provas anuais regulares, o Festival Hípico da Sobreda



com cinco provas anuais e o Festival de Almada com três provas anuais. Além dessas provas anuais existe a utilização esporádica pelas escolas e picadeiros da Freguesia e já agora importa também referir que esta Freguesia é a Freguesia eventualmente da Península Ibérica com mais escolas e picadeiros por metro quadrado, tendo na sua área a Sobreda oito escolas a funcionar regularmente com o cavalo e algumas delas até de hipoterapia e portanto aqui com uma vertente terapêutica. Efetivamente o piso é sempre regularizado antes das provas exatamente porque se for muito tempo antes ele não fica em condições para o pisoteio dos animais. Com certeza o Executivo irá dizer, mas dizer que o Executivo, a Câmara tem neste momento a concurso uma obra de eletrificação do próprio Hipódromo e adquiriu esta semana, chegaram duas bancadas móveis que vão também compor o Hipódromo, o que quer dizer que existe investimento que está a ser feito e existe também uma manutenção regular. Dizer também ainda, ontem o Sr. Deputado Pedro Matias, dizia que a Junta das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda não conseguia explicar o lixo na Charneca, vamos falar verdade, eu não me parece que tenha chegado à Junta da Charneca nenhum pedido de esclarecimento nem nenhuma questão sobre isto, porque se tivesse chegado com certeza tínhamos respondido como é óbvio, não é? E portanto, primeiro há que falar verdade, depois falando verdade vamos então a números, e no último mês, mês de setembro a Junta das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda recolheu perto de quinhentas toneladas, eu não sei se alguém aqui, para além das pessoas que trabalham com a recolha de monos mais diretamente que são por exemplo os eleitos nas Juntas das Freguesias e obviamente a Câmara Municipal tem noção do que são quinhentas toneladas de lixo. Provavelmente não terão. Isto com os mesmos meios que a Junta tinha no anterior mandato. Dizer que isto equivale a sensivelmente à recolha com os mesmos meios humanos e técnicos, só que nós em ano e meio não é possível educar uma população que não estava habituada a uma efetiva recolha de monos, com os pedidos à porta de casa e portanto que deixavam o lixo junto dos ecopontos e dos locais de despejo dos contentores de resíduos sólidos urbanos. Educar uma Freguesia que não tinham este hábito em ano e meio não é possível, e portanto neste momento estamos a tentar fazer essa divulgação da recolha de monos, uma competência delegada da Câmara Municipal para as Juntas das Freguesias, também com o reordenamento da própria recolha, com zonas disponíveis para a população, com rondas, com meios alocados a cada uma das zonas, assim como meios humanos e técnicos. E portanto, aguardamos obviamente na Junta das Freguesias, já agora recordo que na segunda-feira teremos até a Assembleia das Freguesias e teremos muito gosto em responder com mais detalhe sobre esta matéria de recolha de monos e aguardamos com certeza por parte do PS uma pergunta ou um requerimento como o quiserem fazer para que a Junta possa então responder oficialmente e portanto vamos falar verdade e não vamos dizer que a Junta não consegue explicar.”



6.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma primeira questão ao Sr. Presidente da Câmara que eu ontem confesso que me passou, diz respeito à requalificação das vias rodoviárias, tem sido sistemática também a questão em relação à avenida Bento Gonçalves e algumas deficiências complicadas que se arrastam há demasiado tempo, mas penso que mais do que agora focalizar, deixava a proposta e sugestão que a Câmara se assim o entendesse pudesse distribuir por todas as bancadas aquilo que seja o plano de intervenção que está a planear para as vias rodoviárias do nosso Concelho, para que nós possamos saber aquilo que está a ser planeado, para quando a sua execução, que acho que faz sentido até do ponto de vista da informação completa do acompanhamento da atividade e da realidade municipal.

Se me permitem também e para concluir, porque não posso deixar de dar resposta a uma intervenção que foi aqui produzida ontem direcionada à minha pessoa, pelo Deputado Municipal Pedro Matias, a quem eu deixava um conselho e dois convites. O primeiro conselho é que estude antes de reproduzir alguma coisa nesta Assembleia, porque falou na A33 e nos pórticos e eu deixava-lhe o primeiro convite, é que vá ver a resolução do Conselho de Ministros de 29 de outubro de 2007, portanto de um Governo do Partido Socialista onde foi lançada a concessão do Baixo Tejo e onde, segundo sei, estava mais do que estabelecido aquilo que veio a desembocar na atual A33 e nas opções que entretanto foram concretizadas. Nós mantemo-nos como estão não mudamos de opinião nem de posição, entendemos que deve haver o princípio do utilizador pagador fora daquilo que era o trajeto que já existia e que tinha sido anteriormente construído pela autarquia. Mantemos a mesma posição de coerência do princípio ao fim e volto a reafirmar, se algum dia algum Governo seja ele qual for, a começar pelo nosso Partido PSD, quiser fazer ali alguma portagem de qualquer espécie estaremos frontalmente contra. Mas deixar também um segundo convite, é que falou em saque, e o convite que lhe deixo é que possa ir ver as estatísticas nacionais e possa ver que entre 2005 e 2011 a dívida pública em Portugal cresceu mais de noventa mil milhões de euros. Pode ir ver também entre 2005 e 2011 o aumento da despesa total do Estado que cresceu, só para ter uma ideia, mais de catorze mil milhões de euros, ou seja, vinte por cento entre 2005 e 2011, o que significa que nós não crescemos em riqueza, mas crescemos em despesa do Estado entre 2005 e 2011, não sei se, se recorda de quem era o Governo, mas já agora pode ir também ver, porque eu acho que aí pode perceber o conceito de saque do alcance dessa mesma definição. O desemprego cresceu entre 2005 e 2011 mais de cinco por cento, aliás quase seis por cento. E por isso o último conselho que lhe deixo é que trazer para o debate da Assembleia Municipal assuntos nacionais em tempo eleitoral, se a preparação não for correta, como foi mais uma vez o caso, dá-se o facto de ter a resposta com os factos que ajudam a demonstrar de que lado é que está a verdade.”



6.2.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós estamos num ponto da ordem de trabalhos para analisar a atividade nos últimos três meses: maio, junho e julho. E como estamos todos a constatar nas intervenções havidas são na generalidade delas o levantamento de situações que tardam a ser resolvidas. E sabemos todos que existem constrangimentos impostos que dificultam a gestão, afetam o normal funcionamento das autarquias, mas Sr. Presidente, com toda a sinceridade, também achamos que a falta de resposta a alguns destes problemas não são de difícil entendimento. A própria CDU, até porque como porta-voz da 4^a Comissão tem aqui colocado várias vezes algumas das situações que outros Srs. Deputados já aqui colocaram, e desta vez também, temos que efetivamente tentar perceber que há situações que não se percebem. Aquela questão da entrada, ou melhor, da saída do Cristo Rei que ontem foi aqui tão dramaticamente colocada, a nossa Comissão e todos nós já falámos nisso, as questões da limpeza, as questões dos buracos que não são tapados. Agora, também nos parece Sr. Presidente que tudo isto sendo verdade e às vezes não sendo entendível porque é que demora tanto tempo e o que é que está a acontecer para que os serviços não deem resposta. Enfim, nós conhecemos e portanto esperamos, nós também andamos na rua, nós também falamos com pessoas e a CDU não está distraída com as coisas que se passam no Concelho. Mas também achamos que não nos podemos esmagar, permita-me a expressão com aquilo que são as dificuldades e nem sequer deixar focar aquilo que foi o esforço desenvolvido nestes três meses de atividade. E eu li, porque eu leio os documentos, eu li o relatório e seguramente por uma questão de tempo não posso deixar de chamar atenção para aquele elevadíssimo trabalho que foi feito em três meses em que a Sr.^a Presidente da Junta já falou nas toneladas dos monos recolhidos, mas eu creio que aquilo que vem neste relatório, nota-se que há aqui um empenhamento de melhorar, temos muito que fazer, naturalmente, mas eu creio que é relevante a atividade para reforçar a limpeza urbana. Mas também quero dizer na questão da mobilidade eu saúdo que apareça aqui já não é a primeira vez, mas continua a aparecer a história do transpraia, que é uma reivindicação que os utentes da Costa da Caparica e na generalidade do Concelho de Almada para não falar de turistas e de outros habitantes da Área Metropolitana colocavam frequentemente. Portanto, acho que isto é de louvar. Já agora sugeria que se aditassem explicitações, porque esta coisa que a Sr.^a Deputada Independente Odete Alexandre ainda ontem dizia, mas o que é isso do estudo da viabilidade técnica, económica para os estabelecimentos de duas linhas, bem eu creio que isto é a ida do Metro à Charneca e à Costa. Mas se isto estivesse aqui Metro à Charneca e à Costa toda a gente percebia, agora isto parece que é uma coisa nova e não me parece que seja o mais adequado. E já agora gostava de perceber se o estudo de viabilidade técnica é para propor



ao Governo ou é para ser assumido, porque isto conforme está aqui pode criar alguma confusão.

Depois acho muito interessante manter a questão da aquisição, e agora já de uma forma mais afirmativa, a aquisição de veículos de baixas emissões para operar as carreiras de mobilidade urbana, inclusive no circuito da saúde. De facto eu acho que isto é algo muito importante e que nós valorizamos e incentivamos a que este processo continue. E para concluir também há uma coisa que eu gostava de chamar atenção. É que na página trinta e nove, na linha 13.1.13, na rede ciclável de Almada há aqui de facto um conjunto de coisas que nós apoiamos e valorizamos o esforço desenvolvido e aqui é uma questão pessoal ou distração minha provavelmente será, não vejo que as nossas chamadas de atenção para as bicicletas ao pé da Lisnave também que tantas vezes aqui foram chamadas atenção não sentimos que há ali nenhuma intervenção que melhore aquela via e portanto quando o Sr. Presidente entender, se puder gostava também de saber novidades sobre esta matéria.”

6.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O PS tem pouco tempo também não me queria alongar muito relativamente ao Sr. Deputado Nuno Matias, mas não posso deixar passar em claro aquilo que foi a sua intervenção ontem e hoje. Mais uma vez veio aqui fazer um exercício de demagogia e propaganda política no seguimento daquilo que fez ontem, vir solicitar a esta Assembleia Municipal que é um assunto que há de ser debatido em dezembro, baixasse o IMI. E depois tentou a meio do percurso corrigir o erro, dizer que retirava as percentagens familiares, mas que o princípio ficava lá. O Sr. tem que ser coerente. O princípio de vir aqui pedir à Assembleia Municipal que baixe o IMI devia ser o mesmo que o Sr. devia de acompanhar à Assembleia da República sobre o IRS e o IVA. O Sr. não pode vir aqui pedir uma coisa, não pode vir pedir a esta Assembleia e o tal princípio é aquele que deve acompanhar.

Eu vou só lhe dizer, não é um saque fiscal, é um assalto. Eu e muitos portugueses somos assaltados. Só dizer relativamente a 2013, os números do Banco de Portugal e relativamente a 2014 o IRS subiu mais 1,5% e o IVA sete por cento. Agora vamos ser sérios, não vale a pena vir aqui antes das eleições fazer um exercício de propaganda e de mentira, já chega o Primeiro Ministro, Sr. Deputado.”

6.2.6 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma pequena nota relativamente a alguns aspetos que foram referidos sobre a Freguesia da Charneca e que tiveram uma resposta parcial da Sr.^a Presidente da União de Freguesias.

Sr. Deputado Municipal eu coloco as questões onde acho conveniente e acho conveniente falar aqui na Assembleia Municipal onde sou eleito e não na Assembleia de Freguesia, estou no meu direito, penso que o reconhece.



Relativamente às questões referidas, é óbvio que qualquer gestor público gosta de encher a boca com números muito gordos, quinhentas toneladas é um número de facto muito gordo. Mas isso o que é que significa em termos de bem estar para os cidadãos da Charneca. Se os cidadãos da Charneca continuam a sair de casa e acham que as ruas estão sujas e há acumulação de detritos por todo o lado, as suas quinhentas toneladas que lhe façam muito bom proveito, mas não resolvem os problemas das pessoas da Charneca, e aliás a Sr.^a Deputada Municipal que é aqui nessa qualidade que está, referiu apenas a questão da recolha de monos. Não é a questão da falta de limpeza da Charneca não se resume aos monos. Todos os outros aspetos são de facto lamentáveis e há um deficit ao nível da higiene urbana no Concelho de Almada que deve ter resposta, e até agora a Câmara tem-se concentrado em encontrar boas respostas e queremos soluções para os problemas que afetam a vida dos munícipes.”

6.2.7 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Respondendo por ordem às questões que foram colocadas, O Sr. Nuno Matias colocou ontem umas questões relacionadas com o poder ter acesso aos dados relativos aos ajustes diretos feitos pela Câmara, portanto com certeza que terá acesso a esses dados, aliás esses elementos como sabe são públicos, se é Deputado Municipal pode solicitá-los em qualquer momento, a mesma coisa no que diz respeito aos processos de contratação para a iluminação das festas da cidade, portanto também as mesmas é possível ter acesso. As contratações de serviços, aliás na sequência de uma delegação de competências da Câmara no Presidente, passou a ser dada uma informação também à Câmara em relação a cada um dos contratos assinados pelo Presidente no período entres as reuniões da Câmara, portanto será fácil ter acesso até por essa informação que é fornecida à Câmara em relação a toda essa matéria. À semelhança do que foi feito o ano passado este ano também haverá oportunidade no que diz respeito às festas, ao Festival Sol da Caparica se fazer uma apresentação de contas. Esperamos que este ano o Partido Social Democrata se faça representar na reunião de apresentação de contas, como se lembrará o ano passado não se fizeram representar e depois, enfim isso não o impede de ter direito à informação, mas quero dizer que isso vai ser feito como foi feito o ano passado. E de qualquer forma a preocupação é uma preocupação pertinente e também é uma preocupação que nós acompanhamos em relação à utilização das verbas nessa iniciativa.

Em relação ao levantamento dos estabelecimentos turísticos concretamente no que diz respeito ao alojamento local, há uma nova realidade que se tem vindo a desenvolver no nosso Município, fruto do desenvolvimento da atividade turística e nessa medida tem havido uma evolução muito grande, muito significativa do alojamento local que naturalmente precisa de ter algum acompanhamento justamente para se assegurarem as condições necessárias à



qualidade do fornecimento desse serviço. Também aproveitar para dizer que o ano passado pela primeira vez em Almada ultrapassamos as trezentas mil dormidas, um número significativo que revela a atratividade do nosso Concelho e o sucesso da atividade de promoção turística no nosso Concelho.

Em relação ao Plano de intervenção das vias ele existe como sabe, terá acesso a ele, basta pedi-lo, tem-se vindo a desenvolver em circunstâncias que aproveito já agora para o referir, em circunstâncias em que os processos de contratação não têm corrido à velocidade que nós desejamos, temos que o dizer, queiram ou não queiram mas é a verdade dos factos. Os Srs. têm sido Governo, sabem perfeitamente que todo esse processo pode ser facilitado sem que se ponha em causa a respetiva transparência e também sabem com certeza que as dificuldades nas empresas leva por vezes a que estes processos concursais não sejam levados até ao fim, sobretudo porque as empresas frequentemente não revelam capacidade depois na altura própria de aceitar a concretização até dos concursos que ganham. Foi o que se verificou agora com o concurso de aplicação dos herbicidas em que a empresa vencedora até prescindiu do primeiro lugar do concurso e o processo está em curso, atrasa-se mais umas semanas até que seja possível que o segundo classificado seja indicado para fazer as obras que estão ali ligadas a isso, aliás é preocupação de todos nós ligados à aplicação de herbicidas também ela de tal forma burocratizada que a certificação exigida para a aplicação dos herbicidas atingiu de tal maneira graus de exigência que não sei até se, só se aplica no Polo Norte onde não há ervas, mas há coisas que não cabem na cabeça de ninguém. Mas o que é certo é que o tipo de exigências que hoje se colocam à aplicação, e sou o primeiro a reconhecer os riscos para a saúde pública à aplicação dos herbicidas, mas tudo o que é demasiado não presta e só provoca bloqueios depois à nossa normal atividade.

Em relação às questões da rua Tenente Valadim. O processo está a correr entre os serviços, mas de qualquer maneira em relação a este como em relação a muitas outras notas que nos foram trazidas pelos Srs. Deputados, nós tomámos boa conta delas e quando nós não tomamos o Sr. Presidente da Assembleia tem o cuidado de nos enviar aquilo que são esses elementos das intervenções dos Srs. Deputados, lembrando a necessidade de se dar resposta.

Em relação à questão do Hipódromo, estamos a proceder a um conjunto de melhorias, já foram referidas, as bancadas, a iluminação. Essa obra finalmente está a andar, procuraremos melhorar e qualificar o Hipódromo com certeza também nesse aspeto.

Limpeza urbana, já lá iremos, quer em relação ao PIA, quer em relação a outras áreas, assim como em relação ao tratamento dos espaços verdes.

Em relação às unidades de multideficiência durante os períodos de interrupção letiva, naturalmente iremos no quadro institucional junto do Ministério da Educação, porque teremos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que também independentemente do que seja a nossa responsabilidade direta procuraremos que os direitos dos cidadãos sejam assegurados em todas as circunstâncias.

Em relação às questões relacionadas com as piscinas da Academia, pensamos, como foi dito a situação de degradação do equipamento era muito maior do que aquela que resultou de uma primeira avaliação, aquilo que se pensava que fosse uma coisa para trezentos mil euros, para termos uma primeira ideia na primeira avaliação o custo que é colocado é de seiscentos mil, aquilo que se pensava que se podia fazer num determinado prazo não é possível fazer nesse determinado prazo, é necessário uma intervenção mais complexa do que aquilo que nós pensávamos, mas pensamos que no segundo semestre do próximo ano, se iniciarão as obras, estamos a trabalhar nesse sentido.

Sobre a questão dos pórticos não me vou pronunciar.

As questões colocadas pelos estudos de viabilidade da extensão do Metro à Charneca. Naturalmente há sempre um conjunto de estudos que os serviços municipais vão fazendo independentemente até de quem é que vai fazer, se somos nós, se são outros, naturalmente aquilo que é da nossa responsabilidade, aquilo que é prioritário que seja estudado, mas as áreas da nossa atividade designadamente as áreas da nossa responsabilidade onde a preocupação está sobretudo centrada no bem estar dos cidadãos, aliás como é próprio do Município e procuraremos fomentar as nossas propostas e os nossos trabalhos junto do Governo, aliás aconteceu assim, já ontem foi motivo de uma moção aqui votada em relação à Estrada Florestal, podíamos ter dito, isto é do Governo e eles tratam, mas não, nós fizemos o estudo do princípio ao fim, o estudo está lá e até nos propusemos realizar a obra e até adiantar dinheiro para que a obra seja feita. Mais do que isto é difícil Srs. Deputados.

O inquérito à mobilidade não está ainda completamente concluído, mas penso que foi anunciado no âmbito da semana da mobilidade a realização da iniciativa da apresentação dos resultados preliminares do inquérito, exatamente o inquérito que foi feito a três mil e trezentas pessoas e que terá indicações muito importantes para aquilo que sejam as nossas propostas na área da mobilidade no nosso Concelho. De qualquer maneira os dados do inquérito são públicos, mesmo os elementos provisórios foram apresentados na reunião, estão ao dispor com certeza dos Srs. Deputados.

Há uma questão de identificação de veículos na Trindade Coelho, depois eu pedia ao Sr. Vereador informação.

Sinalização, questões dos horários das bibliotecas, o assunto não está esquecido, aliás mantemos a preocupação de procurar alargar os horários das bibliotecas, temos um problema com o pessoal das bibliotecas, isto é, com a quantidade de funcionários que são necessários para assegurar o funcionamento das bibliotecas de uma forma em que os direitos dos trabalhadores estejam garantidos e em que os direitos dos cidadãos de acesso à biblioteca também o estejam, designadamente aos fins de semana porque como sabem trabalham aos



fins de semana e portanto o reduzido número de funcionários já torna muito difícil às vezes que se assegurem as necessárias rotações sem que os direitos dos trabalhadores sejam no limite postos em causa. Portanto, tem que haver um reforço de trabalhadores para a área das bibliotecas, seja por mobilidade interna, seja por mobilidade externa, seja por recrutamento que era aquilo que nós desejávamos, mas também como sabemos todos a nossa política de recrutamento pode pôr em risco também as receitas da Câmara na medida em que a manterem-se as políticas atuais, as políticas do Governo atual, podemos não ver transferidas para a Câmara de Almada algumas verbas em resultado de termos feito contratações de trabalhadores. É uma coisa absurda, há desemprego, nós contratamos pessoas e podemos ser sancionados por contratar pessoas que nos fazem falta, sendo até um município que tem recursos financeiros para isso. Mas, enfim, está na mão dos portugueses fazerem as boas escolhas no momento em que tenham que o fazer.

Questões colocadas em relação ao apoio social e àquilo que foi enaltecido no nosso trabalho, não nos vamos referir especificamente agora.

Murfacém, a proposta que fazíamos era à semelhança do que tem acontecido noutros lados e aqui também na CHUT Banática, reunirmos com a população, é uma coisa que é possível fazer, convoca-se a população, vê-se o que é necessário e faz-se um plano de intervenção para Murfacém, penso que poderá ser a nossa atitude.

Em relação às questões de estacionamento do centro de Almada, também foi uma questão que aqui foi colocada pelo Deputado Pedro Oliveira, designadamente em relação à garagem D. Afonso Henriques, tal como já foi dito noutras ocasiões e penso que é público, há interesse da Câmara em fazer uma intervenção no centro de Almada. Passa pelo Mercado, passa pela rua de Olivença e passa para que possamos dispor da garagem da Afonso Henriques, e nesse processo de disponibilização da garagem D. Afonso Henriques, foi necessário suspender o contrato que tínhamos e que ela temporariamente esteja encerrada. Não voltará, pensamos e assim desejamos, será bom sinal a servir pelo menos de imediato como estacionamento, irá servir eventualmente para outros fins que nos permitam ter condições para intervir naquela zona no centro de Almada. É um processo que está em curso, que se associa a uma intervenção depois também noutros pontos do Concelho, mas neste momento é o que podemos dizer aos Sr. Deputados. Esperamos que muito breve se calhar nas próximas semanas possamos dizer mais alguma coisa em relação a esta matéria.

E naturalmente tudo isto também se prende um pouco com as questões relacionadas com o estacionamento. Há de facto um problema sério com o estacionamento, com carros hoje a utilizar abusivamente aquele espaço, podemos dizer, mas não há falta de estacionamento, há falta é de dinheiro no bolso das pessoas para pagarem o estacionamento. Isso é que é verdade, porque se forem ao parque de estacionamento, está bem, não é público, mas é aquele que está junto ao Tribunal, eu fui lá no outro dia, justamente porque havia muitos



carros, na minha opinião, parados fora do sítio e havia lá uns vinte lugares ainda no primeiro andar e o andar de baixo cabiam lá todos os que estavam na Fernão Lopes, todos os que estavam na Praça do MFA e todos os que estavam na Luís de Queiroz. E as pessoas pararam cá fora porque não têm dinheiro para pôr o carro lá dentro. É a única forma de o compreender, porque senão tinham-nos posto lá dentro. Eles tinham lugares no parque de estacionamento. Aliás, qualquer dos Srs. Deputados se saírem um bocadinho do seu circuito diário com certeza que o fazem enquanto Deputados, devem procurar e com certeza procurarão conhecer melhor os problemas do Concelho, se se deslocarem um bocadinho e forem lá ver a qualquer dia da semana poderão confirmar esta realidade. Este também é um problema que temos que naturalmente resolver, isto não desculpa a necessidade de uma intervenção corretiva no imediato e dizermos que não será tão estruturante como em determinada altura o desejávamos, porque felizmente o Sr. Presidente dos SMAS e caro Vereador, nós tivemos um aval do Tribunal de Contas que vai permitir que se faça um conjunto de intervenções na rede na zona histórica de Almada e não vale a pena estar a fazer grandes alterações no trânsito e grandes mexidas no trânsito quando depois vamos ter que estar a abrir buracos e passados uns meses fazer outras mexidas. A população terá que ser ouvida e terá que participar, mas o que é certo é que nós temos uma rede com quarenta anos, com riscos e é necessário fazer a sua substituição. Existe o dinheiro, existe o aval do Tribunal de Contas, as obras estão em condições de avançar e com certeza que avançaremos. Mas volto a dizer, não deixaremos de procurar minimizar a situação que ali existe porque algumas situações são de abuso e completamente incompreensíveis e estou perfeitamente à vontade para o dizer, até porque nesta matéria nós assumimos neste mandato algumas responsabilidades procurando corrigir algumas coisas. E por isso também estamos à vontade em relação às questões da salubridade e às questões das vias. Nós temos muitos problemas nas vias, mas na maior parte dos municípios deste País têm problemas semelhantes aos nossos, é bom que se tenha isto presente. Na maior parte dos municípios deste País têm problemas semelhantes aos nossos. Não estou a dizer que são iguais aos nossos, estou a dizer que são semelhantes aos nossos. Não são todos iguais, é possível encontrar melhor, é possível encontrar pior, mas todos temos problemas nessa matéria. Agora, o que vos podemos dizer, é que estamos profundamente empenhados em concretizar o plano de intervenção nas vias, não só das intervenções estruturantes, mas também as intervenções de pequenas e médias intervenções, e estamos interessados em fazê-lo e também no que diz respeito às questões do lixo. Eu tenho ideia e digo-vos aqui a vós, que nós perdemos muito com a perda das Freguesias, perdemos muito em proximidade. E quando a democracia se liga à condição de vida das pessoas aí está um bom exemplo, é porque não é o mesmo quadro de direção tratar das coisas a nível de uma ou duas freguesias sobretudo quando a população é o dobro, não é exatamente a mesma coisa.



Porque esta pressão e esta chamada de atenção que justamente aqui nos fazem, também nos fazem qualquer Presidente ou qualquer eleito de Freguesia. E não está à espera da realização da Assembleia Municipal, fá-lo constantemente em relação à Câmara, em relação aos Serviços, em relação aos eleitos, em relação aos dirigentes e os Srs. também perfeita consciência disto. Podemos dizer e somos os primeiros a dizer que poderíamos e devíamos fazer melhor em muitas situações. Podemos e devemos aproveitar melhor os recursos que temos, somos os primeiros a reconhecer isso. Mas também vos quero dizer que há dificuldades que com certeza superaríamos melhor se tivéssemos as onze Freguesias que tínhamos. E não quero que isso seja entendido como desculpa. O que quero dizer é que esse também é um elemento, esse também é um elemento que deve ser tido em conta na nossa avaliação. Em relação a isso comprámos o equipamento que se tem provado capaz em relação às vias e ao tratamento tapa buracos. Faz em cinco minutos aquilo que poderia demorar às vezes uma hora ou mais de uma hora a fazer. Os serviços têm intenção de comprar outra máquina provada que está já esta e para quando haja avaria desta não fique o trabalho por fazer. E portanto, em relação ao tapa buracos e em todos os sítios onde a máquina possa entrar, nós vamos entrar e vamos reforçar tendo as condições para isso a nossa intervenção nessa matéria e em relação ao resto com certeza no que diz respeito à sinalização, no que diz respeito ao asfaltamento, no que diz respeito a outros tipos de intervenção também procuraremos melhorar. E a mesma coisa se passa naturalmente em relação ao lixo.

Nós aprovámos, já tivemos em discussão pública e finalizar e aprovar em termo definitivo o Regulamento de Resíduos, surgiu um problema relacionado com a forma de tratar o processo de faturação que está associado à questão dos resíduos, como sabem é pago pelos municípios na fatura da água e houve um problema que não foi tratado em devido tempo em relação a essa matéria e que no quadro do regulamento será agora tratado e o problema está em vias de ser resolvido, iremos ter o regulamento muito em breve. E pensamos que com o regulamento de resíduos tal como foi dito na devida altura e foi anunciado e escrito no Boletim Municipal, a nossa responsabilidade aumenta e de todos os cidadãos.

Assumi recentemente o Pelouro da Fiscalização e há inúmeras queixas dos cidadãos em relação ao não tratamento dos lotes dos seus vizinhos. E assinei várias notificações, muitas notificações a municípios para que tratem dos seus lotes, porque essa é a sua obrigação, são proprietários dos lotes, não é propriamente para terem ali uma criação de ratos. Há determinadas zonas do Concelho onde isto acontece com mais frequência do que noutras, como também se compreende. Agora é lamentável dizê-lo, que provavelmente tenhamos que fazer aquilo que se faz em alguns sítios que é pôr lá no contentor ou pôr divulgado nos devidos locais. Se põe o lixo fora do contentor arrisca-se a pagar uma coima de “x” euros provavelmente temos que fazer, é o nosso dever, nós vivemos em sociedade e para vivermos



em sociedade temos que assegurar que a saúde pública seja garantida e todos nós podemos e devemos contribuir para que a saúde pública seja salvaguardada. Somos muito compreensivos, muito liberais, gostamos muito de toda a gente, em primeiro lugar estão as pessoas, mas desculpem todos temos deveres e todos temos responsabilidades e devemos ser chamados a cumprir os nossos deveres. Nós somos os primeiros a ter que cumprir, se a Câmara não cumpre não estamos em condições de junto dos nossos munícipes de olhos nos olhos e com plena consciência de exigir que cumpram. Cumprindo o nosso dever todos têm que cumprir e isto não quer dizer que estejamos limpos nesta matéria, fui o primeiro a dizê-lo aqui e talvez na primeira Assembleia que se realizou que a questão da limpeza pública e da salubridade não estava bem e que precisava de ser resolvida, isso foi há dois anos, aproximadamente no início de novembro ou durante o mês de novembro que isso aqui foi dito em 2013, e tenho perfeita consciência que há muita coisa a melhorar, mas estamos a fazer para que as coisas melhorem e quero deixar aos Srs. Deputados esta mensagem de confiança de que as coisas melhorarão.”

6.2.8 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É sobretudo para efeitos de memória futura e constar na Ata, porque eu não posso deixar de dar também resposta ao Deputado Pedro Matias, porque em nenhum momento este grupo municipal do Partido Social Democrata trouxe para esta Assembleia assuntos da governação ou de campanha eleitoral. Eu limitei-me a responder a algo que aqui foi transmitido pelo Sr. Deputado Pedro Matias. E para que conste, porque é um princípio que o PSD tem, não só nas Moções que traz como nos debates que participa, não é por sua iniciativa que traz assuntos nacionais. Sempre foi assim, sempre assim será. Agora Sr. Deputado, que fique claro que a nossa proposta do IMI teve uma correção por solicitação da CDU, que nós entendemos eu era válida, que diz respeito à questão, a proposta da CDU era que nós retirássemos. Nós entendemos por bem foi sugerir se fosse acolhimento, não teve do ponto de vista da votação. Fazermos uma discussão em relação ao montante, ao montante de desconto, do coeficiente familiar e isso foi a nossa interpretação, mas foi no seguimento de uma solicitação, não foi termos aqui chegado e reconhecido que a proposta estava mal pensada ou mal estruturada. Foi uma solicitação que nós entendemos que fazia sentido e respondemos neste sentido também contrapondo com a retirada da quantificação, apenas isso. Mas Sr. Deputado, mais uma vez convido-o para ver as estatísticas nacionais, ainda hoje os dados da execução orçamental. Aumento das receitas do IRS e não tem a ver com o aumento das taxas, tem a ver com o aumento da atividade empresarial, com o aumento do emprego, aumento da receita do IRC e não tem a ver com outra coisa que não seja o facto de haver mais empresas e elas estarem, (estou a responder, nós não fugimos é ao debate, quando alguém lança o debate não pode estar à espera que responda o silêncio), e portanto



também no IVA aumenta a receita do IVA porque há mais atividade económica. E eu convidava-o para ir ver as estatísticas nacionais e para perceber o porquê das estatísticas nacionais, porque isso era muito importante. Mas para ficar bem claro que nós não trazemos os assuntos, mas nós não fugimos dos debates.”

7 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação dos Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, (Conforme Anexo VII).

7.1 - Para apresentar o Projeto de Deliberação, usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

7.1.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Passamos ao segundo ponto que tem a ver com os Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, foi distribuído o projeto de deliberação, está assim à vossa consideração.”

7.1.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Carlos Guedes e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

7.1.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, em primeiro lugar uma questão de metodologia, nós vamos votar os Pareceres, é porque na ordem de trabalhos aparece “apreciação de pareceres”, não aparece como no ponto 3.3 “apreciação e votação” e era uma primeira questão que deixava.”

7.1.2.2 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Como temos feito todos os anos deste dois mil a apreciação dos pareceres e o que se aprecia é os pareceres que foram distribuídos, essa apreciação é finalizada através da aprovação ou não de uma projeto de deliberação, esse projeto de deliberação está também à discussão juntamente com os pareceres.”

7.1.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD)

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dar apenas nota que em relação a este conjunto de pareceres penso que seria útil nós começarmos a ponderar como é que eles são discutidos e construídos, porque se no que diz respeito ao Parecer do Grupo 1 e do Grupo 2 e até do Grupo 4 estamos a falar de pareceres que se baseiam muito em dados objetivos, olhar para o parecer socioeconómico do Grupo 3 é tentar descortinar aquilo que é uma mensagem política daquilo que é a interpretação de números. E aquilo que eu confesso que me deixou confuso e que nos deixou a nós muito preocupados é como é que foi construído este parecer do Grupo 3 e vou-me cingir apenas ao Grupo 3, porque Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara eu não quero acreditar que o Conselho Municipal de Segurança discutiu este texto



e aprovou este parecer. E eu vou citar duas ou três passagens que depois são desmentidas pelos próprios dados que constam do parecer. E por isso eu não quero acreditar e já agora até desafiava que nós pudéssemos ter uma reunião com quem elaborou este documento, porque repare Sr. Presidente, é dito que pela primeira vez existe um problema de desemprego, existe na realidade um mercado de trabalho português encontra-se numa situação depressiva sem precedentes, sem perspetivas de recuperar a prazo. Bem, se os dados assim o demonstrassem nós não poderíamos contradizê-lo. O facto é que no próprio parecer aquilo que é dito é que entre 2013 e 2014 houve um decréscimo da população desempregada na ordem das cento e trinta mil pessoas, e que até houve um decréscimo da população ativa, inferior à população desempregada, o que nem sequer a questão já muito debatida da imigração ajuda a explicar. Ou seja, há uma recuperação do mercado do trabalho, é aqui transmitido nos dados objetivos que são transmitidos neste relatório, e depois faz-se de conclusão exatamente o contrário que está nos números. Isto não é minimamente aceitável ou defensável. Nós percebemos que há momentos para produzir reflexão política, para fazer combate partidário isso faz todo o sentido num momento democrático como é o nosso. Agora, num relatório que deve ser factual seja para o bem, seja para o mal, não é isso que está agora aqui em discussão, deve-se basear em dados objetivos e deve fazer uma leitura objetiva desses mesmos dados, nós não podemos dizer que o desemprego é uma situação sem precedentes e sem perspetivas de recuperar e depois os dados demonstram o contrário. Isso é que não é aceitável nem é minimamente honesto do ponto de vista intelectual. E não quero fazer combate político, eu só queria deixar esta reflexão, porque estes pareceres devem vincular um órgão que para nós nos merece todo o respeito como é o Conselho Municipal de Segurança. Nós não temos posto minimamente em causa aquilo que devem ser as reflexões plenamente livres, democráticas, construtivas que são feitas, por exemplo no capítulo da segurança e criminalidade são feitas sugestões ao Governo para apostar em maiores efetivos policiais, em novas unidades seja do lado da PSP, seja do lado da GNR, são reivindicações autárquicas de há muitos anos, nós podemos concordar mais ou discordar menos, são questões factuais que nós não pomos minimamente em questão. Agora, transformar um parecer de um órgão como o Conselho Municipal de Segurança com conclusões que são desmentidas no próprio parecer em dados oficiais, parece-nos que não é construtivo, não é positivo e não releva aquilo que deve ser um órgão consultivo que não deve participar neste tipo de discussão e neste tipo de conteúdos. Porque os conteúdos são desmentidos pelos próprios números, são enganados do próprio parecer, são números oficiais e portanto como é óbvio todos nós podemos ter interpretações em relação aos números, mas eles são factuais. Há um decréscimo de população desempregada, mesmo em relação à população ativa esse decréscimo é inferior a esse decréscimo de população desempregada o que significa que há criação líquida de emprego. Criação líquida de emprego significa que



esta questão recessiva como aqui é apresentada afinal não existe. Pode haver uma opinião sustentada em relação ao porquê das coisas, agora fazer política num parecer do Conselho Municipal de Segurança, parece-nos a nós muito pouco construtivo e não dignifica um órgão que deve ser um ponto de reflexão e não um ponto de intervenção político-partidária.”

7.1.2.4 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Dar-lhe nota do seguinte, penso que conhece que o Conselho de Segurança tem à volta de meia centena de entidades presentes, nessas entidades está o Sr. Presidente da Câmara que preside ao Conselho, está o Presidente da Assembleia Municipal, estão os Presidentes das Juntas das Freguesias, está o Procurador-Geral da República, está a GNR, a PSP, a Polícia Marítima, estão as Escolas, está a CGTP e a UGT, está o Instituto de Emprego, está a Segurança Social por isso estão todas e variadas entidades. Para a elaboração dos Relatórios e Pareceres são nomeados Grupos de Trabalho do Conselho, que reúnem e que fazem os seus relatórios e apresentam os pareceres. Os relatórios são documentos internos dos Grupos de Trabalho, é depois os Pareceres que são documentos mais resumidos, como reparou, que são presentes ao plenário do Conselho de Segurança e são aprovados ou rejeitados, são alterados, etc.. O que aconteceu foi isso. Eu tive o cuidado na elaboração do projeto de deliberação da Assembleia Municipal de me cingir apenas às questões de segurança e como tal se reparar o que está vertido no Projeto de Deliberação tem a ver muito com os Pareceres da Segurança e Criminalidade e tem a ver com a Proteção Civil, não com os outros. Também e por outro lado adiantei aquilo que têm sido posições dos cidadãos perante a Assembleia, estou-me a lembrar por exemplo do representante da juventude do CDS que aqui veio pôr, estou-me a lembrar disto, mas não só, mas também as questões das Estações de Metro e das áreas junto à Faculdade de Ciência e Tecnologia, mas também outras deliberações aprovadas pela Assembleia. E se reparar do ponto 4 em diante tem essas questões abordadas. O que a Assembleia faz é, deve ter em conta apenas os pareceres, não os relatórios, os relatórios são documentos internos. Os pareceres que vêm do Conselho de Segurança e a deliberação. E o que nós vamos votar é o projeto de deliberação que reflete os pareceres do Conselho de Segurança.”

7.1.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu vou-me referir apenas ao Grupo 4 do relatório do Conselho Municipal de Segurança, o grupo que diz respeito à inserção social, e vou-me referir em exclusivo à parte que fala de toxicodependência e do consumo de canábis, para dizer que o Bloco de Esquerda não acompanha e não pode acompanhar de forma nenhuma a análise que aqui é feita, da forma que é feita, nos termos em que é feita. Porque se repararmos no que aqui está e vou usar termos do relatório, com base numa lista de setenta e dois utentes, mas à frente, pelo menos



quarenta destes utentes consomem canábis regularmente, faltando informação em relação a doze processos. Dos setenta e dois utentes, quinze são crianças, filhos de utentes do serviço. Quatro destes jovens foram encaminhados pelo Tribunal por posse de canábis de uma quantidade superior à permitida, oito jovens foram encaminhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Vamos ver uma coisa, iniciou-se um processo neste País há uns anos, um processo de descriminalização do consumo de drogas que à partida nenhum de nós aqui quer interromper. Ao fazer análises da forma que estão feitas aqui neste relatório, nós abrimos espaço para tudo, até para o fim deste processo que iniciámos com louvores a nível internacional inclusivamente. Dizer a dada altura que atualmente com a introdução de pólen e bolota com uma concentração de THC muito superior no mercado assim como substância desconhecidas, dá a entender que este Conselho Municipal de Segurança desconhece que havia no Concelho de Almada duas lojas chamadas smart shops que operaram durante mais de um ano e que levaram isso sim a que de facto se verificasse um aumento dos surtos psicóticos e de consultas no hospital por pessoas que consumiam substâncias à base de produtos químicos. Não estamos a falar da mesma coisa e é bom que quando falamos destas coisas falemos das coisas com os nomes que elas têm, porque sabemos muito bem o que essas lojas representaram em termos de volume de negócio e em termos de impostos para o Estado. Sabemos que não é essa a solução que nós pretendemos para a resolução destes problemas, mas também não é o que está contido neste relatório e por isso o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda deixa a sua total e formal discordância com esta parte do relatório.”

7.1.2.6 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD)

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Iremos votar favoravelmente porque entendemos que no que diz respeito à questão deliberativa que se cinge como diz o Sr. Presidente à questão da segurança e criminalidade, iremos acompanhar com uma ressalva como é óbvio, não subscrevemos minimamente, apesar de constar no teor deste parecer que se aprova todos os pareceres, nós não acompanhamos minimamente o teor do Parecer do Grupo 3.”

7.1.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação da Deliberação, que foi aprovada por trinta e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do PSD) e cinco abstenções (de eleitos do BE, do CDS-PP, do PAN e Ind.), através da seguinte deliberação:

-----**Deliberação**-----



- 1 - A Assembleia Municipal em cumprimento do disposto na Lei nº 33/98, de 18 de julho, apreciou os Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, relativos ao ano de 2014, elaborados por Grupos de Trabalho do Conselho para o efeito constituídos.
- 2 - A Assembleia Municipal da apreciação realizada e nos termos e para os efeitos da Lei nº 33/98, artigo 4º, nº 3, aprova os Pareceres do Conselho Municipal de Segurança sobre “Segurança e Criminalidade”; “Proteção Civil”; Socioeconómico” e “Inserção Social” referentes ao ano de 2014.
- 3 - A Assembleia Municipal subscreve a análise efetuada pelo Conselho, assim como as propostas e sugestões apresentadas:
 - 3.1 - Destacando quanto à de criminalidade e segurança no Concelho:
 - 3.1.1 - Que a criminalidade participada às Forças de Segurança (PSP, GNR e Polícia Marítima) no Concelho, se comparada entre 2013 e 2014, regista uma redução, respetivamente tendo em conta a área de influência de cada Força de 2,3%; 1,2% e 6,6%.
 - 3.1.2 - Que continuam desajustados os efetivos policiais para um maior êxito no cumprimento das missões das Forças de Segurança.
Os efetivos vão-se reduzindo anualmente por causas várias e as vagas não são completamente preenchidas, enfraquecendo o sistema de segurança, obrigando a maiores sacrifícios dos agentes policiais e militares.
 - 3.1.3 - A necessidade de construção de um Posto Territorial da GNR na Freguesia da Caparica (Monte de Caparica/PIA) prometido por Governos da República e constantes de Orçamentos de Estado, mas sucessivamente adiado.
 - 3.1.4 - O registo do Conselho Municipal de Segurança de preocupação devido à insuficiência dos meios humanos e operacionais da PSP, GNR e Polícia Marítima.
 - 3.1.5 - O apreço pelo desempenho altamente meritório das Forças de Segurança no cumprimento das suas missões no Concelho e da sua relação com a Comunidade.
 - 3.2 - Destacando quanto à Proteção Civil no Concelho:
 - 3.2.1 - Os excelentes resultados da Operação Floresta Segura, Floresta Verde 2014, promovida desde 2001 pela Câmara Municipal através do Serviço Municipal de Proteção Civil em parceria com os SMAS, as Juntas das Freguesias, as Corporações de Bombeiros, as Forças de Segurança, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e a Comunidade, que se traduz na rápida intervenção no terreno no ataque inicial aos fogos.
 - 3.2.2 - O registo do empenho e desempenho dos vários agentes da Proteção Civil perante a muito forte agitação marítima e os galgamentos costeiros ocorridos no



início do ano 2014. Reconhecimento ao empenhamento e ação da Autoridade Marítima, Polícia Marítima, GNR, Bombeiros, Câmara Municipal, Proteção Civil e Junta da Freguesia nas situações extremas e graves registadas a 6 de janeiro com a tempestade “Hercules” e a 8, 9 e 10 de fevereiro, com a tempestade “Stephanie” na Costa da Caparica.

3.2.3 - Reconhecimento pela realização da “Semana da Proteção Civil de Almada” com o objetivo de sensibilizar os munícipes enquanto agentes determinantes da proteção civil e do seu valioso contributo para a segurança da comunidade, ao mesmo tempo que homenageia o empenho e a ação dos agentes de proteção civil do município de Almada.

3.2.4 - A divulgação da excelente atividade das Associações e seus Corpos de Bombeiros de Almada, Cacilhas e Trafaria que em 2014 se traduziu por 46.667 alertas, o empenho de 91.537 bombeiros e 40.029 viaturas, que percorreram 1.324.920 km e utilizaram 70.906 horas ao serviço das comunidades na defesa de pessoas e bens.

4 - A Assembleia Municipal de Almada em consideração da apreciação feita à situação de segurança e o sentimento de insegurança dos Cidadãos e às deliberações aprovadas manifesta:

4.1 - A absoluta necessidade do reforço dos meios policiais no Concelho de Almada, quer humanos, quer materiais, quer operacionais, para combate à criminalidade geral e em particular à criminalidade violenta e grave.

4.2 - A imperiosa necessidade de construção/instalação de uma Unidade Territorial para a GNR integrada na área do Monte de Caparica/PIA/Freguesia da Caparica.

4.3 - A importância e necessidade de generalizar a todo o Concelho o policiamento de proximidade ou comunitário adequado, como contributo determinante para atenuar o sentimento de insegurança dos munícipes.

4.4 - Alerta e identifica problemas de segurança e de sentimento de insegurança em zonas sensíveis do Concelho, nomeadamente no Monte de Caparica/PIA; na Fomega, Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL e Instituto Superior Egas Moniz - Caparica; na Estação da Fertagus, Metro Sul do Tejo - MTS e Transportes Sul do Tejo - TST no Pragal, no Parque da Paz, no Bairro do Laranjeiro.

4.5 - O apreço e reconhecimento à ação insubstituível das Forças de Segurança no Concelho de Almada - Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana e Polícia Marítima - pela relação institucional de referência com o Poder Local, pelo desempenho dos seus profissionais no cumprimento das missões, pelo relacionamento com as comunidades locais.



4.6 - A gratidão e a proclamação da muito positiva e louvável ação dos agentes da Proteção Civil Municipal e das Associações Humanitárias e dos seus Bombeiros e Bombeiras das Corporações de Almada, Cacilhas e Trafaria.

7.2 - Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 118/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 01/07/2015, sobre “Concessão de serviço público de recolha de óleos alimentares usados”, (**Conforme Anexo VIII**).

7.2.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.2.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta matéria tem vindo sucessivamente a ser colocada como preocupação, é de há muito um objetivo que este procedimento se possa fazer e aquilo que pretendemos com a proposta é efetivar o processo que leva à concessão deste serviço, por forma também a se permitir que esta recolha seja feita em devidas condições.”

7.2.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Pedro Oliveira, Maria Odete Alexandre e Nuno Matias.

7.2.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda apresentou quer em anteriores mandatos quer no presente mandato a sua reflexão e necessidade relativamente a este assunto que estamos agora a fazer a respetiva apreciação. Entendemos que é um passo em frente no Concelho e desejamos, estamos convencidos como todos os presentes que este processo seja possível concretizar no mais curto espaço de tempo. Tem a ver com aspetos de segurança, tem a ver com aspetos de higiene, tem a ver com aspetos que estão relacionados e eles são vários. Portanto, o nosso desejo é que todo este processo que agora se dá mais um passo e será importante para a população do Concelho de Almada.”

7.2.2.2 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Quero saudar a Câmara Municipal por esta boa iniciativa e desejar à semelhança do que fez o Sr. Deputado Pedro Oliveira, que seja um processo rápido e que possamos em breve ter este recurso no nosso Concelho. Mas penso que é oportuno lembrar à Câmara duas ou três questões que me preocupam acerca deste assunto.

Por diversas vezes eu tenho apresentado na Assembleia a questão de que não existem ecopontos em determinadas zonas do Concelho, porque há o argumento de que os camiões não podem circular em ruas bastante apertadas em zonas mais antigas e eu penso que em relação a este assunto poderá vir a acontecer a mesma coisa. Portanto, a distribuição das



recolhas deverá ser pensada antecipadamente e exigir a quem vai fazer esta tarefa que utilize carros adequados aos espaços que nós temos na cidade e no Concelho. Porque de facto não gostaria que algumas pessoas que vivem em zonas mais nobres pudessem ter acesso a um recurso e outros que vivem em zonas menos nobres não pudessem ter esse mesmo acesso. Portanto, a minha recomendação é nesse sentido.”

7.2.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em primeiro lugar saudar a autarquia por apresentar esta proposta, não deixar de destacar e bem, porque entendemos que não é por ser um serviço público que tem que ser necessariamente prestado por uma entidade pública, pode haver outras entidades que possam cumprir com mais eficácia e com custos associados mais reduzidos, mas deixar claro que ainda bem que se está a avançar com este processo. Iremo-nos abster apenas por uma questão de ser o lançamento do processo de concurso e apenas por isso, não deixando de destacar o passo positivo que está a ser dado.”

7.2.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 118/XI-2º, que foi aprovada por maioria com trinta e três a favor de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do CDS-PP, do PAN e Ind.) e cinco abstenções (de eleitos do PSD), através da seguinte deliberação:

-----**Deliberação**-----

Em consideração da importância ambiental da existência de um sistema de recolha e valorização de óleos alimentares usados produzidos no concelho de Almada.

Tendo presente que a eliminação destes resíduos através dos coletores urbanos dificulta e onera o sistema de gestão de águas residuais, com reflexos negativos ao nível das tarifas do saneamento e elevados riscos ambientais de contaminação dos solos e águas superficiais ou subterrâneas, assim como não se apresenta como alternativa satisfatória a deposição em aterro.

Considerando que a solução técnica mais adequada ao tratamento dos óleos alimentares usados é um sistema que promova a sua recolha, reciclagem e a valorização.

Tendo também em consideração as disposições do artigo 7º, do Decreto-Lei nº 267/2009, de 29 de setembro, do artigo 409º, do Código dos Contratos Públicos e atendendo ao disposto na Diretiva nº 1999/31/CE, do Conselho Europeu.

Considerando ainda que nos termos da Lei das Autarquias Locais é da competência da Assembleia Municipal autorizar a Câmara Municipal a concessionar a exploração de serviços públicos, fixando as respetivas condições gerais.



Nestes termos e ao abrigo e para os efeitos da alínea p) do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal pelo que:

- 1 - Autoriza a Câmara Municipal de Almada a abrir procedimento de concurso público para celebração de contrato de concessão do serviço de recolha seletiva de óleos alimentares (OAU)
- 2 - Aprova as condições gerais, compostas de Programa de Concurso, Caderno de Encargos, Júri e Delegação de audiência prévia, nos precisos termos da deliberação camarária de 01 de julho de 2015.

7.3 - Entrou-se no ponto 3.4 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 119/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 15/072015, sobre “Desafetação do domínio público de duas parcelas de terreno, na Quinta das Amoreiras - Feijó e afetação ao domínio privado municipal, destinadas ao alargamento da rua do Feijó”, (Conforme Anexo IX).

7.3.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.3.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A proposta está apresentada, pensamos que os termos são compreensíveis, se houver necessidade de algum esclarecimento.”

7.3.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 119/XI-2º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

-----**Deliberação**-----

Considerando que o Município de Almada é legítimo proprietário de dois prédios, registados no inventário de bens do domínio privado municipal, sob respetivamente o nº 104801 e nº 105513, a seguir identificados:

- a) Prédio urbano, composto de parcela de terreno com 250 m², destinado a construção, sito na Quinta das Amoreiras, na freguesia de Feijó, Concelho de Almada, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 2366/19940524 da freguesia do Feijó, e inscrito na matriz urbana da União das freguesias de Laranjeiro e Feijó sob o artigo 4876.
- b) Prédio urbano, composto de parcela de terreno com 140 m², destinado a construção, sito na Quinta das Amoreiras, na freguesia de Feijó, Concelho de Almada, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 3703/20120427 da freguesia do Feijó, e inscrito na matriz urbana da União das freguesias de Laranjeiro e Feijó sob o artigo 4861.



Considerando a necessidade de alargamento da rua do Feijó, conformando a largura do arruamento e dos passeios em toda a sua extensão, pelo que parte dos dois prédios já referidos deverão ser integrados nos bens do domínio público municipal.

Importa assim promover a regularização dos registos prediais em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 116/2008, de 4 de julho.

Assim a Assembleia Municipal de Almada ao abrigo, nos termos e para os efeitos da alínea q), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a Proposta da Câmara Municipal, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de julho de 2015, deliberando desafetar do domínio privado municipal e afetar ao domínio público municipal as duas parcelas de terreno a seguir identificadas:

a) Parcela com uma área de 56,50 m², a abater ao prédio descrito sob o nº 2366/19940524 da freguesia do Feijó, e inscrito na matriz urbana da União das freguesias de Laranjeiro e Feijó sob o artigo 4876, ficando este com a seguinte composição e uso:

Prédio urbano, composto de parcela de terreno com 193,50 m², destinado a construção, sito na Quinta das Amoreiras, na freguesia de Feijó, Concelho de Almada.

b) Parcela com uma área de 18,20 m², a abater ao prédio descrito sob o nº 3703/20120427 da freguesia do Feijó, e inscrito na matriz urbana da União das freguesias de Laranjeiro e Feijó sob o artigo 4861, para domínio público municipal, ficando este com a seguinte composição e uso:

Prédio urbano, composto de parcela de terreno com 121,80 m², destinado a construção, sito na Quinta das Amoreiras, na freguesia de Feijó, Concelho de Almada.

7.4 - Entrou-se no ponto 3.5 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 120/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 01/07/2015, sobre “Relatório Municipal de Monitorização do 4º Ano da Operação de Reabilitação Urbana de Cacilhas”, (**Conforme Anexo X**).

7.4.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.4.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pensamos que não haja motivo para intervenção agora, estamos ao dispor para qualquer esclarecimento.”

7.4.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 120/XI-2º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

-----**Deliberação**-----

A Área de Reabilitação Urbana de Cacilhas está no seu quarto ano de execução apresentando-se como uma importantíssima iniciativa do município potenciador da



reabilitação de edifícios degradados ou funcionalmente inadequados, na melhoria das condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário e dos espaços envolventes e de garantia da proteção, promoção e valorização do património cultural.

A criação da Área de Reabilitação de Cacilhas enquadra-se e cumpre os objetivos estratégicos de desenvolvimento inscritos no Plano Diretor Municipal e na Grandes Opções do Plano Anual do Município.

O Relatório de Monitorização do 4º Ano de exercício submetido pela Câmara Municipal, enquanto entidade gestora para apreciação da Assembleia Municipal cumpre o estipulado no nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-Lei nº 307/09, de 23 de outubro.

O Relatório dá assim conta do exercício de gestão da Área de Reabilitação de Cacilhas, testemunhando processos, relações, procedimentos, ameaças, potencialidades e resultados assim como indicia caminhos.

Testemunha o Relatório de que:

A Área de reabilitação Urbana de Cacilhas, no final de quatro anos de exercício tem demonstrado uma dinâmica apreciável, resultando a atual situação numa transformação muito significativa do território, não só no que diz respeito ao parque edificado construído como à dinâmica das atividades económicas que se têm instalado.

Com as abordagens personalizadas, analisando caso a caso, levadas a efeito pelos serviços, tem sido possível que, em evidente contraciclo, se obtenham resultados muito significativos, reconhecidos pelas entidades da tutela assim como por outros municípios onde se aprovaram situações congéneres.

Na abordagem da temática da reabilitação, na atual conjuntura social e económica, torna-se necessário inovar, criando novos paradigmas de relacionamento entre as entidades públicas e os privados.

Os resultados obtidos assentam fundamentalmente na perspetiva de encarar o potencial investidor na reabilitação como um parceiro, assumindo o município fundamentalmente um papel de facilitador e conselheiro, com o propósito último de concretizar as operações.

O investimento em obra pública que se realizou na área de intervenção, assim como a sua localização geográfica, são também fatores decisivos na atração de investimentos externos, havendo aí a preocupação do município assegurar a manutenção dos residentes, património imaterial fundamental de qualquer área histórica.

O número de candidaturas aprovadas e em curso e a capacidade de atração de investimento externo que se tem verificado, fazem prever que a operação de reabilitação tal como prevista no Documento Estratégico da ARU de Cacilhas, possa estar concluída bem antes do seu prazo máximo de vigência que é de dez anos, prorrogáveis por mais cinco.



Com quatro anos de exercício, e no que diz exclusivamente respeito à reabilitação do edificado, poder-se-á dizer que a esmagadora maioria dos edifícios apresenta um estado de conservação regular ou mesmo bom, alvo das inúmeras intervenções que se têm registado e das que se encontram em curso.

No fundamental mantiveram-se as metodologias de abordagem que tão bons resultados têm dado. São encarados os proprietários como parceiros no processo, cabendo-lhes a iniciativa de reabilitarem os seus edifícios, sendo o município parte integrante do mesmo, parceiro e conselheiro, em suma a entidade de suporte à iniciativa de cada investidor.

Entendeu-se necessário, se não mesmo imprescindível, estabelecer no local um atendimento privilegiado de primeira linha, com o objetivo de atender a todas as pretensões, esclarecer dúvidas, apresentar o programa e fazer o atendimento técnico necessário. No caso concreto estabeleceu-se o “Balcão da Reabilitação” no centro de Turismo.

Tanto quanto se conhece as ARU do Concelho de Almada são as únicas no país que acrescentam ao quadro de incentivos nacional subvenções financeiras a fundo perdido.

Por sua vez, as Áreas de reabilitação urbana potenciam-se num conjunto de benefícios de natureza fiscal que, em Almada, se colecionam com incentivos de natureza financeira e procedimental de iniciativa municipal e que, comparativamente a outras áreas do Concelho, se constituem como fatores concorrenciais bastante favoráveis ao investimento dos particulares.

A Câmara de Almada é, ao que sabe ao momento a única autarquia que atribui apoios subvencionados a fundo perdido.

A alteração ao Artigo 45º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais verificada no Orçamento de Estado de 2015, incorporando ponderações e obrigações de cumprimento de requisitos energéticos, veio complexificar significativamente os processos de candidatura para as pequenas obras. Tal facto resulta na maior dificuldade dos proprietários acederem a benefícios fiscais que anteriormente eram mais fáceis de conseguir.

A referida alteração resultou já na desistência de algumas candidaturas em curso cabendo ao município, naquilo que são as suas competências, estruturar uma proposta que possa obviar a esse constrangimento.

Assim a Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos do nº 1, do artigo 20º-A, aditado ao Decreto-Lei nº 307/09, de 23 de outubro, pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, e da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório de Monitorização do quarto ano de vigência, da Área de Reabilitação Urbana Simples de Cacilhas, nos precisos termos da deliberação camarária de 01 de julho de 2015.



7.5 - O Presidente da Assembleia informou que foi acordado com a Mesa da Assembleia, o Presidente da Câmara e os Presidentes dos Grupos Municipais e Representantes de Partidos suspender a apreciação dos pontos 3.6 e 3.7 da agenda relativos às ARU da Cova da Piedade e Porto Brandão por ainda decorrer o período de apreciação pública. As propostas serão agendadas em próxima reunião.

7.6 - Entrou-se nos pontos 3.8, 3.9 e 3.11 da agenda com a apreciação e votação das Propostas N^{os} 123, 124 e 126/XI-2^o, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 09/09/2015 e 23/09/2015, sobre “Recrutamento excecional de dezassete (17) postos de trabalho de assistente operacional por recurso a reserva de recrutamento interna, contratos de trabalho por tempo indeterminado”; “Recrutamento excecional de dezassete (17) postos de trabalho de auxiliar de ação educativa por recurso a reserva de recrutamento interna, contratos de trabalho por tempo determinado” e “Recrutamento excecional de oito (08) postos de trabalho de auxiliar de ação educativa por recurso a procedimento concursal, contratos de trabalho por tempo determinado”, respetivamente, (**Conforme Anexos XI, XII e XIII**).

7.6.1 - Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.6.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não há nada de especial a acrescentar em relação àquilo que consta dos textos, são necessidades identificadas por parte da Câmara Municipal de recrutamento de pessoal no que diz respeito aos recrutamentos excecionais de postos de trabalho para Auxiliares da Ação Educativa, prendem-se com necessidades de resposta que surgem no âmbito da nossa rede escolar e portanto tínhamos urgência em satisfazer.”

7.6.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas N^{os} 123, 124 e 126/XI-2^o, que foram aprovadas por unanimidade, através das seguintes deliberações:

7.6.2.1 - -----Deliberação-----

Considerando que ao abrigo, nos termos e para os efeitos legais e com vista à prossecução dos objetivos e estratégias definidos para (e pelo) Município, a desenvolver durante a respetiva execução anual, em sede de Reunião de Câmara realizadas em 5 de fevereiro e 10 de setembro de 2014 e em reuniões da Assembleia Municipal efetuadas em 20 de fevereiro e 26 de setembro de 2014 foi autorizada a abertura de vários procedimentos concursais para preenchimento de postos de trabalho destinados à constituição de relações jurídicas de emprego público em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, na carreira de Assistente Operacional, com sequente possibilidade de recurso e recrutamento excecional.



Decorrente do acréscimo de atividades e das saídas por exoneração, aposentação e rescisão, o Mapa de Pessoal foi objeto de alteração, devidamente aprovada pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal em reuniões realizadas em 17 e 26 de junho de 2015 respetivamente, assumindo relevância primordial na previsão de postos de trabalho que se caracterizam pela satisfação de necessidades de natureza permanente e regular, e cumprimento das opções consagradas em Plano de Atividades, e consequente indispensabilidade e oportunidade na promoção do respetivo e urgente preenchimento, por forma a assegurar a boa execução das atividades operacionais programadas e a elas reportadas;

Para além dos postos de trabalho autorizados e já preenchidos nos termos dos procedimentos concursais concluídos e na sequência da alteração do mapa de pessoal em junho, encontram-se ainda por preencher, na carreira e categoria de Assistente Operacional, mais dezassete (17) postos de trabalho em regime de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado a saber:

- Oito (8) postos de trabalho para Limpeza e Varredura;
- Quatro (4) postos de trabalho de Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais;
- Dois (2) postos de trabalho de Jardinagem;
- Um (1) Posto de trabalho de Mecânica;
- Um (1) posto de trabalho de Asfaltação;
- Um (1) posto de trabalho de Pintura.

Encontram-se portanto identificadas as necessidades de recrutamento descritas e formalmente reconhecidas, pelo Órgão Deliberativo (Assembleia Municipal) aquando da aprovação do Mapa de Pessoal para 2015 e reconhecendo-se o relevante interesse público dessas atividades.

Ponderada a evolução global dos recursos humanos do Município destaca-se o elevado cuidado no diagnóstico e análise das necessidades, de modo a restringir os postos de trabalho a preencher às situações essenciais e prioritárias, tendo em consideração e respeito as políticas nacionais estabelecidas sobre a matéria.

Estão assim reunidos, a montante, os requisitos legalmente exigíveis nos termos da alínea a), do nº 2, do artigo 64º, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, evidenciada que está a necessidade de preenchimento célere dos postos de trabalho em apreço.

Com efeito, e importando ainda dar cumprimento ao disposto nos demais requisitos legais aplicáveis e constantes na alínea b), do nº 2, do referido artigo 64º, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, demonstra-se, conforme informação emitida pelo Departamento de Administração e Finanças - Divisão Financeira, inserta na proposta, que os encargos com o recrutamento em causa estão previstos e têm cabimento orçamental.



Considerando assim que a proposta da Câmara Municipal submetida à apreciação da Assembleia Municipal cumpre os preceitos legais e suas determinações, nomeadamente do artigo 64º, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, do artigo 30º, da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, do artigo 78º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e da Lei nº 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea o), do nº 1, e da alínea k), do nº 2, ambos do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 2, do artigo 64º, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, por força da alínea b), do nº 5, do artigo 62º da mesma lei, aprova a Proposta da Câmara Municipal nos precisos termos da deliberação camarária de 09/09/2015, autorizando a Câmara Municipal à abertura de procedimento concursal para o recrutamento excecional, na carreira de Assistente Operacional, por recurso a reserva de recrutamento interna resultante da homologação das listas unitárias de ordenação final dos respetivos procedimentos concursais, se verificar a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa, nos termos previstos no nº 4, do artigo 30º, da LTFP, Lei 35/2014, de 20 de junho, ou recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial, requalificação ou a outros instrumentos de mobilidade, o que será sempre precedido da adoção de todos os trâmites, procedimentos e obrigações legais vigentes, para o preenchimento dos dezassete (17) postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional e para exercício de funções, a seguir identificados:

- Oito (8) postos de trabalho para Limpeza e Varredura;
- Quatro (4) postos de trabalho de Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais;
- Dois (2) postos de trabalho de Jardinagem;
- Um (1) Posto de trabalho de Mecânica;
- Um (1) posto de trabalho de Asfaltação;
- Um (1) posto de trabalho de Pintura.

7.6.2.2 - -----Deliberação-----

O Mapa de Pessoal do Município para 2015 contempla a previsão de postos de trabalho para a satisfação de necessidades de natureza transitória e temporária, nomeadamente, necessidade de assegurar as atribuições e competências delegadas pelo Governo no Município, em matéria de educação designadamente garantindo a afetação de pessoal não docente aos jardins de infância da rede pública permitindo assim garantir o regular funcionamento dos respetivos estabelecimentos de ensino.

É assim que o Mapa de Pessoal para 2015 prevê o preenchimento de dezassete (17) postos de trabalho para substituição de idêntico número de contratos, face à ocorrência da caducidade no corrente ano, em virtude da respetiva duração atingir o limite temporal máximo legalmente definido, na carreira categoria de Assistente Operacional, para exercício



da atividade de Auxiliar de Ação Educativa, em regime de Contrato de Trabalho por tempo determinado com prazo de duração de 1 ano, eventualmente renovável ao abrigo da legislação em vigor e que são necessários para garantir a afetação do pessoal não docente dos equipamentos de educação pré-escolar pública ao abrigo do Acordo de Colaboração celebrado com o Ministério da Educação.

Considerando também que a Proposta da Câmara Municipal submetida à apreciação da Assembleia Municipal atesta o cumprimento do enquadramento legislativo aplicável para efeitos de recrutamento.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k, no nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 2, do artigo 64º, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, aprova a Proposta da Câmara Municipal nos precisos termos da deliberação camarária de 09/09/2015, autorizando a Câmara Municipal a recorrer à reserva de recrutamento, constituída na sequência da homologação, proferida em 03/07/2014, da Lista Unitária de Ordenação Final do Procedimento Concursal Comum, cujo aviso de abertura foi publicado na 2ª série do Diário da República nº 229, de 26/11/2013, 2ª série, para ocupação de dezassete (17) postos de trabalho na carreira categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Ação Educativa), mediante recrutamento excecional, demonstrado o interesse público se, e apenas, se verificar a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa, nos termos previstos no nº 4, do artigo 30º, da LTFP, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, o que será sempre precedido da adoção de todos os trâmites, procedimentos e obrigações legais vigentes, para o seu preenchimento.

7.6.2.3 - -----Deliberação-----

O Mapa de Pessoal para 2015 do Município em vigor, aprovado nos termos do artigo 29º, números 1 e 2 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, alterada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro prevê, para suprimimento das necessidades de natureza transitória e temporária, nomeadamente, necessidade de assegurar as atribuições e competências delegadas pelo Governo no Município, em matéria de educação no âmbito do enquadramento legislativo em vigor, designadamente garantindo ao abrigo da referida delegação, a afetação do pessoal não docente aos jardins de infância da rede pública permitindo assim garantir o regular funcionamento dos respetivos estabelecimentos de ensino, sendo que, a ocupação dos postos de trabalho para o efeito criados, assume relevância primordial no cumprimento das opções consagradas em Plano de Atividades, determinando este órgão deliberativo, por esta via, a conseqüente indispensabilidade e oportunidade na promoção do respetivo e



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

urgente preenchimento, por forma a assegurar a boa execução das atividades programadas e a eles reportadas.

Considerando que a proposta da Câmara Municipal submetida à consideração da Assembleia Municipal está conforme e cumpre os preceitos legais, nomeadamente o artigo 64º, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, o artigo 30º, da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, o artigo 78º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e a Lei nº 57/2011, de 28 de novembro.

Considerando a informação emitida pelo Departamento de Administração e Finanças - Divisão Financeira, inserta na proposta, que os encargos com o recrutamento em causa estão previstos e têm cabimento orçamental, assim como se encontram igualmente cumpridos os deveres de informação a que este Município se encontra obrigado designadamente por força da Lei das Finanças Locais.

De referir ainda que, nos termos do disposto no artigo 62º, alínea b), do número 5, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, não relevam os aumentos da despesa com pessoal que decorram da necessidade em assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local.

Atendendo à necessidade de construir as relações jurídicas de emprego público por tempo determinado para oito postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional, para exercício da atividade de Auxiliar de Ação Educativa em regime de Contrato de Trabalho por tempo determinado com prazo de duração de 1 ano, eventualmente renovável nos termos da legislação em vigor, para que seja garantido a afetação do pessoal não docente dos equipamentos de educação pré-escolar pública ao abrigo do Acordo de Colaboração celebrado com o referido Ministério.

Assim a Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 2, do artigo 64º, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e por força do artigo da alínea b), do nº 5, do artigo 62º da mesma Lei, aprova a proposta da Câmara Municipal nos precisos termos da deliberação camarária de 23/09/2015, autorizando a Câmara Municipal a recorrer a procedimento concursal, mediante recrutamento excecional, demonstrado o interesse público, se e apenas, quando decorrido o procedimento concursal e na sequência da homologação da lista de ordenação final, se verificar a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa, nos termos previstos nº 3, do artigo 30º, da LTFP, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial, requalificação ou a outros instrumentos de mobilidade, o que será sempre precedido da adoção de todos os trâmites, procedimentos e obrigações legais vigentes, para o preenchimento dos oito (8) postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional, para exercício da atividade de Auxiliar de Ação Educativa em regime de Contrato de Trabalho por tempo determinado



com prazo de duração de 1 ano, eventualmente renovável ao abrigo da legislação em vigor.

7.7 - Entrou-se no ponto 3.10 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 125/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 09/09/2015, sobre “Alteração ao Regulamento do Plano Municipal de Emergência”, (**Conforme Anexo XIV**).

7.7.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.7.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Trata-se de um esclarecimento em relação ao Plano Municipal de Emergência Social que está em vigor e que poderá permitir o alargamento da aplicação deste Plano a mais cidadãos que se encontrem em situação de dificuldade social. O texto atual permitia uma leitura mais restritiva, este permite uma leitura mais ampla e alarga o âmbito da aplicação de uma forma compreensível para todos os nossos parceiros e para nós próprios.”

7.7.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Maria D’Assis, Carlos Guedes e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.7.2.1 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria D’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente a este ponto quero referir que a questão do Regulamento com esta introdução resolve-se o problema que inicialmente se colocava, no sentido de que só era possível atribuir um apoio uma vez, esta alteração veio resolver as questões, quem trabalha e avalia as situações que colocava. No entanto quero reiterar mais uma vez de que foi uma boa iniciativa por parte da Câmara Municipal de Almada, pese embora insuficiente porque algumas instituições já esgotaram a segunda tranche do financiamento, portanto as carências são cada vez maiores em termos das famílias, os procedimentos já estão avaliados e as pessoas já estão informadas, houve um grande afluxo de pedidos e neste momento só quero comunicar que algumas instituições já não dispõem de verba.”

7.7.2.2 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não há nenhuma razão para que isso aconteça, as instituições quando no processo de aplicação só têm de informar atempadamente a Câmara que estão em risco, porque há disponibilidade de verba na Câmara e na rubrica para dotar as instituições e se for necessário reforçamos, aliás, como dissemos no início. Houve uma dotação inicial que ainda resultou do ano passado de cem mil euros, este ano depois houve uma nova dotação de mais cem mil euros e ainda há cinquenta mil euros na rubrica e se for necessário tal como dissemos aqui na devida altura, se for necessário a rubrica será reforçada, queremos é garantir que todos aqueles que possam ser abrangidos pelo Plano, sejam abrangidos pelo



Plano. Obrigado pela sua informação, mas com certeza vamos fazer chegar a todas as instituições esta nossa disposição e eventualmente agora com o alargamento haverá mais gente abrangida, mas não haverá falta de recursos para que o Plano seja levado a bom termo.”

7.7.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação a esta matéria o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda quer reafirmar que sabemos bem a situação social que enfrentamos e como tal não podemos deixar de nos associar e de saudar a iniciativa da Câmara Municipal e que estamos agora aqui a discutir.”

7.7.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 125/XI-2º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

-----**Deliberação**-----

O Plano Municipal de Emergência foi criado por deliberação de Câmara de 16/12/2014 e da Assembleia Municipal de 19/12/2014, tendo entrado em vigor a 1 de março de 2015, na sequência de aprovação do respetivo Regulamento em reunião da Assembleia Municipal de 27/02/2015, publicitado pelo Edital nº 289/XI-2º/2014-15.

Considerando que o Plano de Emergência Social se destina ao apoio pecuniário, de natureza excecional, pontual e temporária, que tem por objetivos reforçar as respostas existentes para apoio às situações de grave carência e de emergência social dos munícipes e contribuir para colmatar pontualmente os impactos de situações de pobreza extrema. É operacionalizado por uma parceria constituída pelo Município e Associação Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro, Associação Vale de Acór, Centro Comunitário de Promoção Social do Laranjeiro Feijó, Centro Social Paroquial de Cristo Rei, Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição da Costa da Caparica, Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta, Santa Casa da Misericórdia de Almada e Instituto da Segurança Social.

Nos primeiros três meses a vigorar, foram apoiadas 242 famílias, abrangendo um total de 655 pessoas.

A avaliação global deste primeiro período de vigência do Plano Municipal é bastante positiva, porquanto permite um socorro imediato a situações urgentes que não se compadecem com os lentos processos da Segurança Social.

A verba despendida ou comprometida em apoios até junho é de 97.000,00€.

Verifica-se que a maior parte da verba atribuída (62,28%) se destina a pagar despesas de renda de casa, seguindo-se outras despesas de habitação, que abrangem pagamento de água, eletricidade e gás (22,84%). Conclui-se assim que a habitação constitui o principal problema apresentado no âmbito do Plano Municipal de Emergência.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Entretanto surgiram dúvidas na interpretação de articulado do Regulamento que importa clarificar pelo que,

A Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a proposta da Câmara Municipal, alterando a alínea c), do artigo 5º, do Regulamento do Plano de Emergência, que passará a ter a seguinte redação:

Artigo 5º

c) Não terem já beneficiado dos apoios atribuídos no âmbito do Plano Municipal de Emergência, no prazo referido no 1º parágrafo do art.º 3º.

- 8 - Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão.
- 9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves; Maria Amélia de Jesus Pardal; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Maria do Carmo Borges; Joaquim António da Silva Gomes Barbosa; Francisca Luís Baptista Parreira; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; António José Pinho Gaspar Neves e Francisco Miguel Pereira Cardina.
- 10 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA; das Srs. Juristas Teresa Canarias e Maria João Gomes de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de trinta e seis Srs. Múncipes.
- 11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 23H30 do dia 25 de setembro de 2015.
- 13 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____